

Relatório do Levantamento de Dados para Identificação
da Área Indígena Yanomami.

Selmo José Queiroz Norte

I. Operacionalização e Desenvolvimento do Trabalho de Campo

Representando o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário na Equipe Interministerial para Identificação da Área Indígena Yanomami (conforme telex nº 12, de 12.02.88, da Coordenadoria de Terras Indígenas do MIRAD à Superintendência de Assuntos Fundiários da FUNAI), em substituição a Marco Antonio Lazarin - indicado por esse Ministério para compor a Equipe durante a primeira etapa do trabalho, realizada no período de 04 de janeiro a 10 de fevereiro -, saí em 25 de fevereiro de Brasília rumo a Boa Vista/RR, cidade da qual seria deslocado através de aeronave da FUNAI para o PIN Surucucu.

Na tarde do mesmo dia, já em Manaus/AM - aguardando uma conexão para Boa Vista, ocorrida às 17 hs. do dia seguinte -, dirigi-me à FUNAI e estabeleci contato telefônico com o administrador regional do órgão em Roraima, Sr. Esmeraldino Silva Neves, indagando sobre o transporte para a área e recebendo a informação de que não haveria dificuldades, visto que o Islander da Fundação estaria se deslocando com frequência para o local.

Minha chegada em Boa Vista às 18 hs. do dia 26.02, uma sexta-feira, impossibilitou um novo contato com a FUNAI até a manhã de 29.02, quando, através de conversa com o sr. Esmeraldino, fui informado que os trabalhos da Equipe estavam paralizados há dez dias, inicialmente em consequência de um acidente sofrido por um dos dois helicópteros utilizados como transporte e posteriormente por falta de combustível.

O vôo do Islander que me permitiu chegar a Surucucu só ocorreu na manhã de 04.03, revelando que os atrasos que caracterizaram a primeira fase do levantamento ainda não tinham tido qualquer solução.

1. PIN Surucucu (04 a 20 de março)

Desembarcando no Posto, procurei inteirar-me junto à Equipe do trabalho efetivado no intervalo de 13 (data de início desta segunda etapa) a 18.02 (interrupção do levantamento). De acordo com tabela 01, que apresento em anexo, foram levantados 28 pontos, num total de 61 malocas e 2.400 índios, abrangendo a região de Paapiu e parte da área de Surucucus. Lamentavelmente, não tive acesso às Fichas referentes às atividades desenvolvidas nesse período de seis dias, pois, à minha chegada, já estavam sendo encaminhadas ao Conselho de Segurança Nacional.

Era visível a irritação dos membros da Equipe (formada pelos seguintes elementos: Sr. Francisco Bezerra, chefe do PIN Surucucu, representando a FUNAI e atuando como intérprete; Sargento Fontanari, do Conselho de Segurança; Tenente Rosário, da Diretoria de Serviços Geográficos do Exército; Tenente Neto, da Polícia Militar, ajudante de ordens e representante do governo do Território de Roraima. O índio yanomami Ivanildo, chefe do PIN Flechal, acompanhou o Levantamento na condição de intérprete) com o total de dias parados e a inoperância da FUNAI em relação ao problema.

Em 05.03, o representante do C.S.N., Sargento Fontanari, aproveitando o Islander da FUNAI que trouxera uma nova remessa de alimentos, retornou à Boa Vista para aguardar seu substituto. Em 08.03, com o Levantamento estagnado há vinte dias, o novo representante do Conselho, Major Couto Filho, visita o Posto e demonstra estar assumindo a coordenação dos trabalhos: reúne a

tripulação da FAB (quatro tenentes e cinco sargentos, exercendo, respectivamente, as funções de pilotos e mecânicos) e o representante da D.S.G. do Exército para se colocar a par do que fora realizado até o momento e informa que regressaria a Boa Vista para solucionar a questão do abastecimento das aeronaves.

Efetivamente, porém, o problema só foi sanado na manhã de 09 de março, quando chegaram os tambores com querosene para aviação. Na tarde do mesmo dia foi realizado um vôo a Toototobi com o objetivo de se resgatar o material lá deixado pela tripulação anterior (rancho, brindes para as visitas às malocas, material de consumo para manutenção dos helicópteros, etc) e de se iniciar o reconhecimento da área ainda não realizada de Surucucus.

2. Procedimentos técnicos para a localização das malocas

A partir de um mapa da FUNAI de 1984 (numa escala de 1: 1 000 000, com a localização e população estimada das malocas vislumbradas através de levantamento aéreo), era realizada pelo representante da D.S.G./EX a transposição dos pontos anteriormente identificados para cartas geográficas na escala de 1: 250 000 que norteavam, então, o trabalho de campo.

Ainda que considere tal estratégia válida enquanto ponto de partida, o procedimento exige que aceitemos uma margem de erro em relação aos resultados finais, ou seja, a possibilidade de pequenas diferenças em relação aos totais populacionais, devido a eventuais malocas existentes e não localizadas. Mesmo que um trabalho de busca fosse realizado quando os pontos constantes no levantamento efetuado pela FUNAI não eram encontrados, a operação esteve, em alguns momentos, condicionada às limitações de autonomia de vôo e ao fator tempo, que, após tantos e inexplicáveis atrasos, poderia impedir a conclusão das atividades antes do início das chuvas.

3. Reinício do levantamento de dados

No dia 10 de março, finalmente, o trabalho foi reiniciado (apresento em anexó o detalhamento do trabalho realizado: ver Tabela 02 para totais e coordenadas das malocas e Quadro Geral para um resumo dos principais dados do Levantamento).

Com a chegada do representante do C.S.N., Major Couto Filho, foi realizada na noite do mesmo dia uma reunião para se discutir a continuidade do Levantamento. Percebendo que a preocupação do grupo em relação ao prosseguimento do trabalho se baseava numa dimensão unicamente técnica e operacional, insisti para que não deixássemos de discutir o Levantamento em si, isto é, os resultados que vinham sendo obtidos com a aplicação das Fichas de Dados e suas deficiências e incorreções. No sentido de orientar a discussão, apresentei à Equipe cópias do texto preparado por Marco Lazarin, A Ficha de Dados e sua Utilização nos Estudos da Terra Indígena Yanomami, louvável tentativa de minimizar as distorções que tais Fichas podem gerar numa interpretação final da realidade Yanomami. Numa evidente demonstração de que a abordagem antropológica não está sendo considerada como prioritária, ou sequer necessária, tive como resposta que o texto representava "apenas idéias" e não ajudaria em nada o processo de identificação da área!

Em três dias, mantendo um ritmo acelerado de trabalho, finalizamos Surucucus, iniciando no dia 13 de março a região de Auaris, fronteira com a Venezuela. Vários dos pontos plotados no mapa da FUNAI não foram localizados, o que nos faz concluir que as malocas (muitas das quais revelando a presença de índios Maiongong, sempre homens, incorporados às famílias Yanomami) vêm se deslocando paulatinamente para os arredores da Missão Auaris. É significativo o movimento migratório realizado pelos grupos desta região: o intercâmbio constante com malocas do país limítrofe é

evidente, podendo ser constatado, inclusive, através da presença de inúmeros utensílios (principalmente panelas de ágata, bastante diferenciadas dos padrões brasileiros) de origem venezuelana no interior das malocas visitadas.

Com a chegada do General Athos em Boa Vista, para uma vistoria nas obras do 4º Batalhão Especial de Fronteiras (localizado a aproximadamente 1,5 Km do PIN Surucucu), o trabalho foi novamente interrompido na tarde de 14 de março e os helicópteros colocados à disposição do oficial do Exército até o dia seguinte, por "ordens superiores" transmitidas através de rádio. As condições metereológicas em 16 e 17 de março, com fortes chuvas, impossibilitaram qualquer tentativa de decolagem. Desta maneira, os três dias terminaram sendo utilizados pelos componentes da Equipe para organização dos dados recolhidos até então.

A região de Auaris foi finalizada em 18 de março, com a Equipe subdividida entre os dois helicópteros (no levantamento dos pontos mais distantes) e a própria Missão (os dados referentes à população, faixa etária e saúde das malocas mais próximas à sede da Missão foram fornecidos pelos missionários).

Em 19 de março, na área de Ericó, apenas seis pontos são localizados e levantados, num total de dezoito malocas. A área de Demini (prevista para a primeira etapa do trabalho e não realizada devido à tensão surgida na comunidade com a chegada da Equipe, confundida com mais um grupo de invasores da terra Yanomami) teve seu levantamento concretizado no dia 20, quando toda a situação já se encontrava esclarecida. Ainda no dia 20 de março, iniciando o levantamento na área do Rio Catrimani, acompanhado do representante da FUNAI, Sr. Francisco Bezerra, tivemos informações da existência de uma maloca que se mantém em total isolamento com a sociedade envolvente e que estabelece relações guerreiras com as malocas vizinhas. preservando, inclusive, o uso de ferramentas montadas a partir de pedras lascadas. Insistimos, eu e o Sr. Bezerra, junto

ao restante da Equipe, para que se aproveitasse a presença das aeronaves na área numa tentativa de contato com o grupo, mas, mesmo que decidida e efetuada (cinco dias após, em 23 de março, sobrevoamos a região apontada por quarenta minutos), esbarramos no limite do combustível, o que impediu que a localização se realizasse.

4. Boa Vista (noite do dia 20 a 25 de março)

A base operacional do Levantamento é transferida para Boa Vista no final da tarde do dia 20 de março. Somos transportados, no retorno de Demini e Catrimani, nos próprios helicópteros da FAB, para o alojamento da Base Aérea da cidade.

A troca da tripulação da FAB e a substituição do elemento da D.S.G. do Exército, Ten. Rosário, ocorridas no dia 21, fizeram com que os trabalhos fossem interrompidos por mais um dia. No dia 22, com o novo representante da D.S.G./EX compondo a Equipe, Ten. Barreto, realizamos a área de Ajarani e tivemos a oportunidade de assistir às consequências desastrosas a que estará sujeito o povo Yanomami se for mantida a morosidade que há anos tem caracterizado a demarcação de suas terras. Atualmente sobrevivem nos arredores do Posto de Vigilância Ajarani uma população de trinta índios, dependentes do álcool, em constante perambulação pelas "fazendas" próximas (áreas de assentamento fornecidas pelo INCRA), vivenciando um processo cada vez mais irreversível de desarticulação social, cultural e psicológica. A situação é consequência direta da abertura da BR-210 (Perimetral Norte), no ano de 1974, quando não se consideraram os riscos aos quais estavam sendo expostos os grupos indígenas, colocados em contato abrupto, inicialmente, com os trabalhadores contratados para a execução da obra e, posteriormente, com parcelas da sociedade nacional atraídas pela nova via de acesso ao interior do Território. As consequências etnocidas da abertura da rodovia não parecem, entretanto, ter modificado o tratamento a que vêm sendo submetidos os Yanomami em geral. O quadro

atual de complacência observado em relação à presença dos estima- dos quinze mil garimpeiros na área indígena (o prazo de retirada, anteriormente fixado em caráter irrevogável para o dia 28 de março, foi prorrogado por mais dois meses) revela o risco de o maior gru- po indígena das Américas em estado de semi-isolamento estar sendo vítima, em curto período de tempo, do mesmo processo observado em Ajarani.

Em 23 de março, com a Equipe dividida nos dois heli- cópteros, foi realizado o levantamento nas Bacias do Rio Muca- jaí, num total de dez pontos plotados e vinte e três malocas. Os garimpeiros localizados na área do Paapiu já começam a influenciar o cotidiano das malocas da região, principalmente aquelas do Médio Mucajá, que, com a água em início de contaminação pelo mercúrio, vem sofrendo um aumento de casos de doenças (surto de gripe, in- fecções intestinais, etc.) e se vendo obrigadas a se deslocarem pa- ra locais distanciados do Rio.

Em 24 de março, com o retorno à região do Catrima- ni para a realização de dois pontos não levantados na vez anterior por insuficiência de combustível e para um novo vôo de busca, o que possibilitou a localização de duas outras malocas inicialmente não encontradas, o Levantamento de Dados é encerrado.

5. Finalização dos trabalhos

Na noite de 24 de março, já em Boa Vista, reiterei junto ao representante do C.S.N., Major Couto Filho, minha preocu- pação em relação a necessidade de um relatório no qual a Equipe, conjuntamente, encerrasse os trabalhos de campo. Apesar da concor- dância e do encontro marcado com essa finalidade para o dia seguin- te, não mais consegui localizá-lo ao longo de todo o dia 25 de mar- ço, apesar de seguidos telefonemas e recados deixados no Hotel de Trânsito de Oficiais do Exército, onde o mesmo se encontrava hospe- dado. Chegando em Brasília, no dia 26 de março, preocupado com o

fato de que, igualmente, nenhum relatório havia sido elaborado ao término dos trabalhos da primeira etapa do Levantamento - e que, portanto, inexistia um documento que oficialmente retratasse as atividades desenvolvidas e os dados obtidos ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março na Área Indígena Yanomami -, entrei em contato com o Conselho de Segurança, conseguindo um encontro com Major Couto Filho no dia 05 de abril, quando colocamos em forma de relatório técnico operacional as informações surgidas através da aplicação das Fichas (Relatório da Equipe Técnica de Levantamento da Terra Indígena Yanomami, em anexo).

Insisto em um ponto: este "Relatório da Equipe Técnica de Levantamento da Terra Indígena Yanomami" organiza exclusivamente e unicamente os dados referentes à segunda etapa do Levantamento, ou seja, de 12 de fevereiro a 24 de março. O período imediatamente anterior, de 04 de janeiro a 10 de fevereiro, conforme já apontado por Marco Antonio Lazarin em seu Relatório, ainda não se encontra documentado. Neste sentido, considero como absolutamente necessário que o coordenador das atividades da 1ª Equipe, Sr. Célio Horst (representante da Funai à época), viabilize condições para que o grupo volte a se reunir e possa elaborar o relatório referente à primeira etapa do Levantamento, complementando, então, os dados (totais da população indígena, presença de garimpeiros) apresentados pela 2ª Equipe, da qual participei, e evitando que a continuidade do processo demarcatório possa sofrer mais algum tipo de atraso ou interrupção.

II. O Levantamento de Dados e seus Resultados: questões a serem consideradas nos estudos subsequentes

A finalização do Levantamento de Dados da Área Yanomami exige que algumas questões sejam trazidas à discussão, no sentido de que os resultados obtidos até o presente momento possam ser satisfatoriamente interpretados e sirvam, de fato, como subsídio às decisões que se fizerem necessárias na continuidade da de-

marcação da Área Yanomami.

Uma primeira - e rápida - organização das informações acumuladas através da aplicação das Fichas de Dados permite que cheguemos a três pontos que, ao meu ver, devem ser considerados como a contribuição mais significativa do Levantamento, por constituírem o conjunto de dados sobre a cultura Yanomami presente nas Fichas que menos distorcidamente pode expressar a realidade observada:

- a) Registro de coordenadas, criando condições para uma plotagem precisa das malocas conhecidas;
- b) Números referentes à população e às faixas etárias bastante próximos da realidade (ainda que uma margem de erro tenha que ser considerada em relação aos totais populacionais, qualquer diferença será sempre para maior, devido a possível existência de malocas não localizadas);
- c) Uma avaliação sobre o estado de saúde dos Yanomami (ainda que leiga, já que a Equipe não contou com a participação de nenhum profissional da área - médico ou enfermeiro).


Mesmo reconhecendo que as Fichas podem trazer alguns outros dados até agora desconhecidos em relação ao grupo (principalmente os relacionados com a presença de garimpos, assistência efetiva prestada pela FUNAI, etc.) - também importantes para um trabalho de demarcação -, sou levado a concluir que, de uma perspectiva antropológica, as mesmas não têm condições de oferecer maiores contribuições. Tanto a elaboração da Ficha de Dados (com preocupações direcionadas a uma realidade em nada semelhante à situação de quase total isolamento na qual vive a maioria dos Yanomami), quanto sua aplicação (num contexto de exígua permanência em área e despreparo da maioria dos elementos das Equipes para lidar com a questão indígena) comprometem toda a parte do questionário referente à cultura e organização social da sociedade indígena em questão. Assim sendo, sugiro que os estudos que determinarão

a demarcação final da área - além da necessidade de serem acompanhados por um antropólogo ou contarem com uma assessoria antropológica adequada - levem em consideração o rico acervo bibliográfico existente sobre a nação Yanomami, resultado de longas pesquisas acadêmicas patrocinadas por universidades brasileiras e estrangeiras.

Registro, ainda, uma última preocupação. A implementação gradativa do Projeto Calha Norte, abrangendo no caso a Área Yanomami, gerará recursos financeiros que, se mantidos sob a responsabilidade exclusiva da FUNAI, correm grande risco de serem gastos em vão, além de possibilitarem uma desorganização sócio-cultural da comunidade indígena se paralelamente não for realizado um trabalho de acompanhamento que possibilite detectar as reais necessidades do grupo. Em toda a área percorrida durante esta segunda fase do Levantamento deparei com um único trabalho indigenista, realmente sério e planejado, desenvolvido pela FUNAI: PIN Surucucu, sob a coordenação do Sr. Francisco Bezerra, sertanista responsável pela chefia do Posto. Todo o restante da região não conta com o menor apoio da FUNAI, seja através de recursos materiais, seja através de recursos humanos, o que demonstra a inoperância do órgão.

Devemos ter em conta que a demarcação final das terras Yanomami (quando se fará necessário que se considere não só a amplitude física da área, que permitirá a sobrevivência do grupo, mas, sobretudo, a importância de uma demarcação contínua, haja visto o movimento migratório e as relações sociais constantes desenvolvidas pelos Yanomami como um todo) será o elemento determinante do futuro social, cultural e biológico desta sociedade.

Brasília, 10 de abril de 1988


SELMO JOSÉ QUEIROZ NORTE
(CTI/MIRAD e PPGAS/UNB)

MALOCAS LEVANTADAS NA REGIÃO MATURACÁ

01. MATURACÁ
02. ARIABU (MATURACÁ)
03. IÁ (MATURACÁ)
04. CAUABORI
05. MAIÁ
06. AMPLUETHERI
07. APUÍ
08. KARAVETHE'RI
09. PUKIMA
10. POHOROÁ
11. AMPLUETHE'RI 2 (MARARI)

MALOCAS LEVANTADAS NA REGIÃO TOOTOTOBÍ

12. JOSÉ (TTTOBI)
13. TOOTOTOBITHE'RI (NORBERTO)
14. TOOTOTOBITHE'RI (ANTONIO)
15. SINATATHE'RI 2 (PAULINO)
- 15A. SINATATHERI (PLINIO)
16. WALYPEIUTHE'RI 2 (TOMÉ)
17. WALYPEIUTHE'RI (GILBERTO)
- 19,19A. HWAHASICTHE'RI
(ROBERTO)
- 20,20A. (ALTO DEMINI)
- 21 e 21A. AIAUB'THE'RI 1 e 2
- 22 e 22A. ALA U SIKY THE'RI
23. VIANA
24. WEYAKUA THE'RI
26. SHĪHŌTHE'RI
- 26A. MASHOBABITHE'RI
- 26B. SHĪHŌTHE'RI 2
27. ARACÁ

27A. POSTO DE PIAÇAVEIROS NA CACHOEIRA DO ARACÁ

28A. POSTO DA FUNAI - ALIANÇA (PREVISTO)